

A CONTA DOS JUROS ALTOS

EM APENAS UM MÊS,
A DÍVIDA PÚBLICA
DO BRASIL
AUMENTOU PARA R\$
519 BILHÕES

Vicente Nunes
Da equipe do Correio

As despesas com os juros da dívida pública atingiram R\$ 9,377 bilhões em outubro, mais do que o dobro dos R\$ 4,632 bilhões de setembro. De janeiro a outubro, o país gastou R\$ 123,903 bilhões com o pagamento de juros. A principal razão para esse resultado foi a desvalorização do real frente ao dólar, que ficou em 2,94% naquele mês.

A explosão dos juros acabou comendo todo o superávit primário (receitas maiores do que despesas, menos juros) das contas públicas em outubro, de R\$ 1,455 bilhão, resultando em um déficit nominal (que leva em conta os gastos com juros) de R\$ 7,922 bilhões. Com isso, a dívida pública aumentou para R\$ 519,097 bilhões, mais de R\$ 6 bilhões acima da meta indicativa acertada para dezembro, de R\$ 513 bilhões, com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os números, divulgados com quase dois meses de atraso, dividiram opiniões no mercado. O economista-chefe do Banco Santander, Danny Rappaport, afirmou que os resultados apresentados pelo Banco Central (BC) atenderam às expectativas dos investidores. "As contas públicas estão sendo a grande surpresa positiva do ano", disse. O economista-chefe do BICBanco, Luiz Rabi, destacou que o superávit primário ficou muito aquém dos R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3

bilhões projetados pelos agentes econômicos, porque aumentaram as despesas tanto do governo federal quanto dos municípios, movimento que sempre preocupa os investidores. "O superávit primário de outubro representou menos de um terço do registrado no mês anterior", ressaltou Rabi.

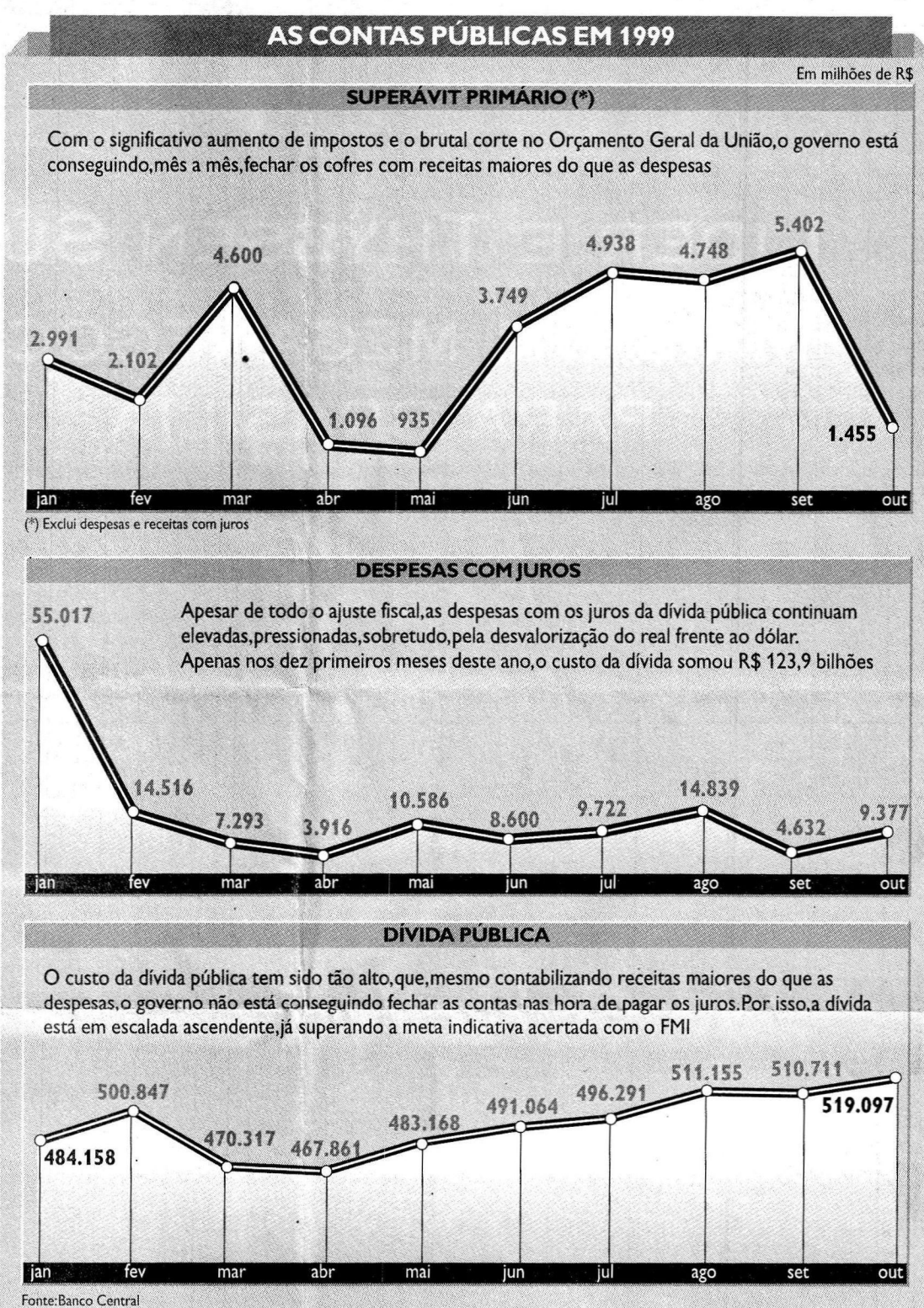
O chefe do Departamento Econômico do BC (Depec), Altamir Lopes, reconheceu o aumento das despesas, que, segundo ele, está relacionado aos gastos maiores que os governos têm no último trimestre do ano com o pagamento de férias e do 13º salário do funcionalismo. Mas garantiu que em novembro e em dezembro, mesmo que os superávits primários sejam menores, a União conseguirá cumprir, com folga, a meta de fechar o ano com receitas superando as despesas em R\$ 30,185 bilhões. Segundo Lopes, no acumulado entre janeiro e outubro, o superávit primário (R\$ 32,016 bilhões) foi R\$ 5,938 bilhões maior do que os R\$ 26,078 bilhões combinados com o FMI para o mesmo período. É esse resultado extra, por sinal, que está permitindo ao governo abrir os cofres neste fim de ano para atender reivindicações dos ministérios e emendas de parlamentares ao Orçamento.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Segundo o chefe do Depec, o BC não dispõe de informações abertas para saber quais os maiores beneficiados com os juros de R\$ 123,903 bilhões pagos pelo governo de janeiro a outubro deste ano. Mas, pelas contas de especialistas do mercado, os que mais ganharam com os juros foram os fundos de pensão, empresas e pessoas físicas que aplicam em fundos de investimentos (FIFs) e os bancos, cujas carteiras estão abarrotadas de títulos públicos. Levando-se em conta que os juros médios do papéis emitidos pelo BC e pelo Tesouro Nacional ficaram em 21,90% entre janeiro e outubro, os fundos de pensão embolsaram R\$ 8,760 bilhões para um patrimônio de R\$ 40 bilhões em títulos públicos.

No caso dos investidores em FIFs, que têm quase R\$ 159,213 bilhões em papéis do governo federal, os ganhos com os juros atingiram R\$ 34,867 bilhões. Outros R\$ 8 bilhões ficaram para as pessoas físicas e jurídicas que investiram direto em títulos públicos. Os bancos levaram quase R\$ 2 bilhões. É importante ressaltar, no entanto, que esses rendimentos foram acrescidos da desvalorização do real, já que 26% da dívida pública interna são compostos por títulos cambiais. A desvalorização também beneficiou os investidores externos que têm papéis do governo brasileiro. Nesse caso, as projeções apontam para ganhos próximos de R\$ 55 bilhões, uma vez que a dívida líquida externa estava, em 30 de outubro último, em R\$ 114,338 bilhões.

Quem, entretanto, está pensando que vai continuar embolsando juros tão expressivos — que são bancados pelo aumento de impostos e o corte nos investimentos do governo — pode rever seus planos. Alta-



Dia positivo no mercado

Das agências Folha e Estado

A cotação do dólar comercial registrou ontem uma leve alta, depois de seis dias de quedas consecutivas. A moeda estadunidense fechou a R\$ 1,812 para a venda, uma valorização de 0,22% em relação ao fechamento de sexta-feira. De acordo com analistas financeiros, o mercado de câmbio se ressentiu da escassez de dólares e registrou pequenas saídas da moeda.

O dólar foi negociado em baixa durante quase toda a manhã, refletindo o ânimo do mercado com a divulgação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo (USP). O índice apontou um recuo da taxa em dezembro, que passou de 1,34% na primeira quadrissemana para 1,01% na segunda.

Mas a falta de moeda disponível no mercado elevou a cotação do dólar até o final dos negócios. Operadores detectaram ainda a realização de lucros por parte de alguns investidores, que recompraram por menos reais a mesma os dólares que haviam vendido na semana passada. A expectativa agora é que a moeda estadunidense apresente poucas oscilações até a semana que vem, quando os negócios devem diminuir.

Animada pela euforia dos investidores, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) quebrou recordes históricos ontem. O Ibovespa, o índice que mede a variação das principais ações negociadas no pregão paulista, fechou pela primeira vez em sua história com 15.110 pontos. A alta do dia foi de 2,17%.

CINCO PERGUNTAS SOBRE DÍVIDA PÚBLICA

1. O que é dívida pública?

É o endividamento do governo federal, dos estados e dos municípios. Como não têm dinheiro suficiente para investir em saúde, educação, estradas e outros projetos de interesse da sociedade, União, governadores e prefeitos emitem títulos, que são vendidos no Brasil e no exterior, para financiá-los. Esses papéis compõem a dívida pública. Quanto maior for os juros desses papéis, mais o endividamento cresce, uma vez que o setor público não tem como pagar, em dinheiro, os rendimentos oferecidos a seus credores.

2 É normal um país ter dívida pública?

Sim, é normal. O que não é

normal é a dívida crescer tão rápido como aconteceu no Brasil nos últimos cinco anos, onde o endividamento mais do que quadruplicou. Quanto mais rápido cresce a dívida, mais aumenta a desconfiança dos investidores na capacidade de o governo honrar seus compromissos. Foi esse temor que levou o Brasil a praticar, nos últimos anos, a mais alta taxa de juros do mundo. Com a retomada da confiança, as taxas começaram a cair.

3. Até que ponto um país pode se endividar?

Não existe um limite específico para o endividamento. O que importa é a confiança dos detentores de títulos públicos na capacidade do governo de

cumprir em dia — e sem quebra de contratos — os seus compromissos. Na Itália, por exemplo, a dívida pública chegou a representar quase 100% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. No Brasil, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a dívida se estabilize em 46,5% do PIB até 2001. Hoje, essa relação está em 49%

4. A quem o governo deve?

Os principais compradores dos títulos públicos são os fundos de pensão, os investidores pessoas físicas e jurídicas que aplicam nos Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs) e os bancos. No exterior, os títulos da dívida brasileira estão nas mãos de bancos, seguradoras, fundos de

pensão e fundos de investimentos voltados para pessoas físicas.

5. Como a dívida pública afeta a vida do brasileiro?

De duas formas, sobretudo. Primeiro, quando aumenta os juros, o governo torna proibitivas as compras a prazo e o uso do cheque especial, além de estimular o desemprego, já que as empresas não podem tomar empréstimos para investir no aumento da produção. Segundo, quando o governo aumenta os impostos para conseguir honrar o pagamento dos juros da dívida. É o que se chama de transferência de renda do setor produtivo para o setor financeiro.

mir Lopes informou que, pelo que já apurou o BC, em novembro as despesas com juros não passaram em R\$ 1,9 bilhão e a dívida pública cresceu apenas R\$ 728 milhões. O motivo: o real registrou valorização de 2,91% em relação ao dólar. Em dezembro, até ontem, o real já tinha subido 5% ante à moeda estadunidense, também impactando positivamente as contas públicas.

Na opinião de Danny Rappaport, do Santander, a tendência

é de que, a partir do ano que vem, a recuperação das contas públicas fique ainda mais evidente. Ele estima que o superávit primário ficará nos 3,25% (R\$ 33 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) acertados com o FMI, o déficit nominal deverá girar em torno de 4% do PIB e as taxas de juros, sem descontar a inflação, oscilarão entre 15,5% e 16% ao ano. Para Luiz Rabi, do BICBanco, ainda não dá para se falar, com certeza, que o governo será capaz de

cumprir a meta de superávit combinada com o FMI. A seu ver, dois fatores ainda o estão preocupando: as eleições municipais do próximo ano, que sempre implicam gastos que não combinam com ajuste fiscal, e a falta de previsões de receitas para compensar a arrecadação extraordinária conseguida este ano e que não irá se repetir em 2000.

"Até agora, pelas minhas contas, o superávit primário ficará, no máximo, em 3% do PIB no

ano que vem", disse Rabi, que vê outro obstáculo para o cumprimento da meta com o FMI: o crescimento da economia, que, segundo ele, fechará o 2000 em 2,7% e não nos 4% projetados pelo governo. Segundo Altamir Lopes, do BC, com a volta da normalidade do câmbio, o país terá todas as chances de cumprir o acordo com o Fundo. Na sua avaliação, a partir de janeiro próximo o déficit nominal cairá para um patamar abaixo de 4% do PIB.



Lopes: Brasil vai superar meta de superávit acertada com FMI